fica — Suzana Leite Cortez, Maria Luiza Aragão da Cunha Lima, Renata Rodrigues Viegas, Cynthia Torres, Mariana de A. C. da Cunha, Rodrigo Jungmann, Kassandra da Silva Muniz — sempre instigantes, sugestivos, solícitos, pacientes e cheios de perguntas sem respostas; também meus orientandos de Mestrado e Doutorado a quem devo o estímulo e o fôlego de jovens idealistas que me impedem de parar. Ao CNPq, meu reconhecimento pela Bolsa de Produtividade em Pesquisa concedida no contexto do Projeto Integrado (proc. nº 523612/96-6) em que estes trabalhos se inserem, proporcionando condições para o desenvolvimento das investigações.

Seria eu injusto se aqui não lembrasse explicitamente e de modo particularmente afetuoso o trio que sempre respeitou minhas idiossincrasias e temerariamente me estimulou a trabalhar sem horário, cobrança e fronteira. A esses três seres fabulosos — Beth, Marina e Rodrigo — responsáveis pelo melhor de mim, com carinho, dedico este livro.

CAPÍTULO I

ORALIDADE E LETRAMENTO[1]

1. Oralidade e letramento como práticas sociais

Hoje, é impossível investigar *oralidade* e *letramento*[2] sem uma referência direta ao papel dessas duas práticas na civilização contemporânea. De igual modo, já não se podem observar satisfatoriamente as semelhanças e diferenças entre *fala* e *escrita* (o contraponto formal das duas práticas acima nomeadas) sem considerar a distribuição de seus usos na vida cotidiana. Assim, fica difícil, se não impossível, o tratamento das relações entre estas últimas, centrando-se exclusivamente no código. Mais do que uma simples mudança de perspectiva, isto representa a construção de um novo objeto de análise e uma nova concepção de língua e de texto, agora vistos como um *conjunto de práticas sociais*.

---

1. Originalmente, o texto deste primeiro capítulo foi apresentado como conferência de abertura no *II Encontro Franco-Brasileiro de Ensino de Língua*, na Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, em outubro de 1995, sob o título de *Oralidade e Escrita*. Posteriormente, em versão ligeiramente modificada, apareceu na revista *Signótica* 8 (1997) do Curso de Pós-Graduação em Letras e Lingüística da Universidade Federal de Goiás. Aqui, ele surge em versão revista e ampliada em vários pontos centrais.

2. Brian V. Street (1995: 2) sugere que se use essa expressão no plural, já que o que temos são diferentes *práticas de letramentos* e não o letramento no singular. O próprio título do livro de Street, *Letramentos Sociais (Social Literacies)*, é uma tentativa do autor de frisar a "natureza social do letramento" e "o caráter múltiplo das práticas de letramento". De fato, Street defende a posição de que não se pode confundir as diversas manifestações sociais do letramento com a escrita como tal, pois esta não passaria de uma das formas de letramento, ou seja, o *letramento pedagógico*. Quanto aos letramentos, eles se manifestam como eventos em que a escrita, a compreensão e a interação se acham integralmente imbricadas. Ilustrativo para estas questões é o proveitoso trabalho de Ângela Kleiman (1995a) com uma abordagem das definições e perspectivas de análise da noção de *letramento*.

Esta mudança de visão operou-se a partir dos anos 80, em reação aos estudos das três décadas anteriores em que se examinavam a oralidade e a escrita como opostas, predominando a noção da supremacia cognitiva da escrita dentro do que Street (1984) chamou de "paradigma da autonomia".[3] Considerava-se a relação oralidade e letramento como dicotômica, atribuindo-se à escrita valores cognitivos intrínsecos no uso da língua, não se vendo nelas duas práticas sociais. Hoje, como se verá adiante, predomina a posição de que se pode conceber oralidade e letramento como atividades interativas e complementares no contexto das práticas sociais e culturais.

Uma vez adotada a posição de que lidamos com práticas de letramentos e oralidade, será fundamental considerar que as línguas se fundam em usos e não o contrário. Assim, não serão primeiramente as regras da língua nem a morfologia os merecedores de nossa atenção, mas os *usos da língua*, pois o que determina a variação lingüística em todas as suas manifestações são os usos que fazemos da língua. São as formas que se adequam aos usos e não o inverso. Pouco importa que a *faculdade da linguagem* seja um fenômeno *inato*, universal e igual para todos, à moda de um órgão como o coração, o fígado e as amígdalas, o que importa é o que *nós fazemos* com esta capacidade. E isto que nós fazemos será o objeto central de nossa investigação neste momento. Trata-se de uma análise de usos e práticas sociais e não de formas abstratas. Estas, as formas, estarão sendo analisadas a serviço daqueles, os usos, e não o contrário.

O letramento (*literacy*),[4] enquanto prática social formalmente ligada ao uso da escrita, tem uma história rica e multifacetada (não-linear e cheia de contradições), ainda por ser esclarecida, como lembra Graff (1995). Numa sociedade como a nossa, a escrita, enquanto manifestação formal dos diversos tipos de letramento, é mais do que uma tecnologia. Ela *se tornou* um bem social indispensável para enfrentar o dia-a-dia, seja nos centros urbanos ou na zona rural. Neste sentido, pode ser vista como essencial à própria sobrevivência no mundo moderno. Não por virtudes que lhe são imanentes, mas pela forma como se impôs e a violência com que penetrou nas sociedades modernas e impregnou as

3. O outro paradigma identificado por Street (1984) é o "ideológico", que busca identificar as relações de poder e assimetrias sociais baseadas no domínio/predomínio da cultura escrita. Este paradigma não supera a dicotomia, mas analisa-a dentro de uma perspectiva mais complexa, dando à ideologia um papel importante. Sobre a questão, veja-se a exposição de A. Kleiman (1995a).

4. Neste caso poderíamos usar com propriedade a expressão "*alfabetização*", mas ao mesmo tempo em que seria mais correto, seria redutor pelo fato de aqui estarmos considerando mais aspectos do que apenas a alfabetização formal e pedagogicamente realizada. Para uma excelente exposição sobre as mais variadas questões envolvidas no estudo e na caracterização dos fenômenos do letramento e da sua relação com a alfabetização, aconselho a leitura do livro de Magda B. Soares (1998), *Letramento. Um Tema em Três Gêneros*. Igualmente interessantes, neste caso, são os trabalhos editados por Kleiman (1995) na obra *Os Significados do Letramento: Uma Nova Perspectiva sobre a Prática Social da Escrita*.

culturas de um modo geral. Por isso, friso que ela *se tornou* indispensável, ou seja, sua prática e avaliação social a elevaram a um *status* mais alto, chegando a simbolizar educação, desenvolvimento e poder.

Não obstante isso, sob o ponto de vista mais central da realidade humana, seria possível definir o homem como um *ser que fala* e não como um *ser que escreve*. Entretanto, isto não significa que a oralidade seja superior à escrita, nem traduz a convicção, hoje tão generalizada quanto equivocada, de que a escrita é derivada e a fala é primária. A escrita não pode ser tida como uma representação da fala, como se verá adiante. Em parte, porque a escrita não consegue reproduzir muitos dos fenômenos da oralidade, tais como a prosódia, a gestualidade, os movimentos do corpo e dos olhos, entre outros. Em contrapartida, a escrita apresenta elementos significativos próprios, ausentes na fala, tais como o tamanho e tipo de letras, cores e formatos, elementos pictóricos, que operam como gestos, mímica e prosódia graficamente representados. Oralidade e escrita são práticas e usos da língua com características próprias, mas não suficientemente opostas para caracterizar dois sistemas lingüísticos nem uma dicotomia. Ambas permitem a construção de textos coesos e coerentes, ambas permitem a elaboração de raciocínios abstratos e exposições formais e informais, variações estilísticas, sociais, dialetais e assim por diante. As limitações e os alcances de cada uma estão dados pelo potencial do meio básico de sua realização: som de um lado e grafia de outro, embora elas não se limitem a som e grafia, como acabamos de ver. Em suma, eficácia comunicativa e potencial cognitivo não são vetores relevantes para distinguir oralidade e escrita, de modo que a tese da *grande virada*[5] cognitiva que a escrita, de modo especial a escrita alfabética, representaria com seu surgimento na humanidade, não passa de um mito já superado.

Se é bem verdade que todos os povos, indistintamente, têm ou tiveram uma tradição oral, mas relativamente poucos tiveram ou têm uma tradição escrita, isto não torna a oralidade mais importante ou prestigiosa que a escrita. Trata-se apenas de perceber que a oralidade tem uma "primazia cronológica" indiscutível sobre a escrita (cf. Stubbs, 1980). Os usos da escrita, no entanto, quando arraigados numa dada sociedade, impõem-se com uma violência inusitada e adquirem um valor social até superior à oralidade.

5. Tese postulada especialmente por Walter Ong [1982], cuja obra se acha agora em português sob o título *Oralidade e Cultura Escrita. A Tecnologização da Palavra* (1998), e também Jack Goody [1977] traduzido para o português sob o título *Domesticação do Pensamento Selvagem* (1988), ambos tidos como típicos representantes da tese da "grande virada" cognitiva representada pela introdução da escrita. Para esses autores, nosso grau de desenvolvimento tecnológico e nossa capacidade de raciocínio formal seriam impensáveis sem a escrita. Evidentemente, essas teses não são mais sustentáveis hoje. Os próprios autores deixaram-nas de lado.

Contudo, mais urgente (e relevante) do que identificar primazias ou supremacias entre oralidade e letramentos, e até mesmo mais importante do que observar oralidade e letramentos como simples modos de uso da língua, é a tarefa de esclarecer a natureza das práticas sociais que envolvem o uso da língua (escrita e falada) de um modo geral. Essas práticas determinam o lugar, o papel e o grau de relevância da oralidade e das práticas do letramento numa sociedade e justificam que a questão da relação entre ambos seja posta no eixo de um contínuo sócio-histórico de práticas. Este contínuo poderia ser traduzido em outras imagens, por exemplo, na forma de uma gradação ou de uma mesclagem.[6] Tudo dependerá do ponto de vista observado e das realidades comparadas.

Veja-se hoje a questão tão discutida das comunicações escritas ditas "síncronas", ou seja, em tempo real pela *Internet*, produzidas nos famosos *bate-papos*.[7] Temos aqui um modo de comunicação com características típicas da oralidade e da escrita, constituindo-se, esse gênero comunicativo, como um texto *misto* situado no entrecruzamento de fala e escrita. Assim, algumas das propriedades até há pouco atribuídas com exclusividade à fala, tal como a simultaneidade temporal, já são tecnologicamente possíveis na prática da escrita à distância, com o uso do computador. Este "escrever" tem até uma designação própria: *"teclar"*; tal é a consciência da "novidade". No meu entender, a mudança mais notável aqui não diz respeito às formas textuais em si, mas sim à *nossa relação com a escrita*. Escrever pelo computador no contexto da produção discursiva dos *bate-papos* síncronos (*on-line*) é uma nova forma de nos relacionarmos com a escrita, mas não propriamente uma nova forma de escrita.

A fala (enquanto manifestação da prática oral) é adquirida naturalmente em contextos informais do dia-a-dia e nas relações sociais e dialógicas que se instauram desde o momento em que a mãe dá seu primeiro sorriso ao bebê. Mais do que a decorrência de uma disposição biogenética, o aprendizado e o uso de uma língua natural é uma forma de inserção cultural e de socialização. Por outro lado, a escrita (enquanto manifestação formal do letramento), em sua faceta institucional, é adquirida em contextos formais: na escola. Daí também seu caráter mais prestigioso como bem cultural desejável. Daí também o fato de uma certa identificação entre alfabetização e escolarização, o que não passa de um

6. Heath (1983) mostrou, no estudo sobre eventos de letramento, que havia situações em que se mesclavam ações orais com atividades escritas, como nas leituras e respostas coletivas de cartas pessoais em família. As cartas eram lidas em voz alta, discutidas em grupo e respondidas coletivamente. A escrita tornava-se aqui um evento mesclado pela oralidade e produzido em autoria coletiva. Esta visão etnográfica das práticas de letramento mostra a inviabilidade de imaginar a escrita como um fenômeno monolítico em suas formas de manifestação.

7. Sobre o tema, lembraria aqui o recente trabalho de José Gaston Hilgert (2000), intitulado *"A construção do texto 'falado' por escrito: a conversação na internet"*.

equívoco (cf. Graff, 1995 e Frago, 1993), pois houve situações históricas, tal como o caso da Suécia, em que a alfabetização se deu desvinculada da escolarização.

2. Presença da oralidade e da escrita na sociedade

Quanto à presença da escrita, pode-se dizer que, mesmo criada pelo engenho humano tardiamente em relação ao surgimento da oralidade, ela permeia hoje quase todas as práticas sociais dos povos em que penetrou. Até mesmo os analfabetos, em sociedades com escrita, estão sob a influência do que contemporaneamente se convencionou chamar de *práticas de letramento*, isto é, um tipo de processo histórico e social que não se confunde com a realidade representada pela alfabetização regular e institucional lembrada há pouco. Frisando mais uma vez o que dizia Street (1995), deve-se ter imenso cuidado diante da tendência à *escolarização do letramento*, que sofre de um mal crônico ao supor que só existe um letramento. O letramento não é o equivalente à aquisição da escrita. Existem "letramentos sociais" que surgem e se desenvolvem à margem da escola, não precisando por isso serem depreciados.

A escrita é usada em contextos sociais básicos da vida cotidiana, em paralelo direto com a oralidade. Estes contextos são, entre outros:

- *o trabalho*
- *a escola*
- *o dia-a-dia*
- *a família*
- *a vida burocrática*
- *a atividade intelectual*

Em cada um desses contextos, as ênfases e os objetivos do uso da escrita são variados e diversos. Inevitáveis relações entre escrita e contexto devem existir, fazendo surgir gêneros textuais e formas comunicativas, bem como terminologias e expressões típicas. Seria interessante que a escola soubesse algo mais sobre essa questão para enfrentar sua tarefa com maior preparo e maleabilidade, servindo até mesmo de orientação na seleção de textos e definição de níveis de linguagem a trabalhar.[8]

8. Quanto a isso, remeto ao meu trabalho (veja Marcuschi, 2000, em preparação) a sair sob o título *Gêneros textuais: O que São e como se Constituem*, em que são analisados os mais diversos aspectos relativos à constituição e ao uso dos gêneros textuais em todos os domínios discursivos.

Há, portanto, uma distinção bastante nítida entre a **apropriação/distribuição** da escrita & leitura *(padrões de alfabetização)* do ponto de vista formal e institucional e os **usos/papéis** da escrita & leitura (*processos de letramento*) enquanto práticas sociais mais amplas. Sabemos muito sobre métodos de alfabetização, mas sabemos pouco sobre processos de letramento, ou seja, sabemos pouco sobre a influência e penetração da escrita na sociedade. Mesmo pessoas ditas "iletradas", ou seja, analfabetas, não deixam de estar sob a influência de estratégias da escrita em seu desempenho lingüístico, o que torna o uso do termo "iletrado" muito problemático em sociedades com escrita (veja mais sobre o assunto em Tfouni, 1988; e Soares, 1998).

Além disso, ainda não sabemos com precisão *que gêneros de textos* (orais e escritos) são os mais correntes em cada um dos contextos e domínios discursivos acima apontados e *quem* é que faz uso mais intenso da escrita dentro deles.[9] Tome-se o caso do *contexto do trabalho*. Ali, nem todos fazem uso da escrita na mesma intensidade ou em condições idênticas. Não é apenas uma questão de distribuição de tarefas. É também uma questão de delegação de tarefas, um fato muito comum na prática da escrita em contextos de trabalho. Em quase todos os ambientes de trabalho há alguém (uma determinada pessoa, a "secretária") que *sabe escrever*, alguém que tem um desempenho escrito considerado "ideal" para aquele contexto.[10]

Se partimos para o ambiente familiar, podemos indagar: que uso da leitura e da escrita é feito em casa? Para que se usa a escrita e a leitura em casa? Não resta dúvida de que *leitura & escrita* é uma prática comunicativa interessante e

9. Pesquisa financiada pelo CNPq num projeto integrado sob o título geral de "Fala e Escrita: Usos e Características" acha-se em andamento no Programa de Pós-Graduação em Lingüística da Universidade Federal de Pernambuco, desde março de 1995 (CNPq, proc. nº 523612/96-6). Do projeto, participam Luiz Antônio Marcuschi (coordenador), Judith Hoffnagel, Doris Carneiro da Cunha e Kazue Saito Monteiro de Barros. Bolsistas de Iniciação Científica colaboram na investigação. Em junho de 1995, foram feitos levantamentos de pouco mais de 500 informantes sobre os usos da fala e da escrita nos diversos contextos da vida diária. Um dos resultados mais surpreendentes foi a constatação de que poemas e cartas são os textos mais freqüentes, na escrita, sobretudo por parte das mulheres, mas também dos homens. O tempo diário empregado com a escrita não passa de 5% do total do tempo em vigília, quando atinge o máximo, sendo que com a leitura, usa-se um pouco mais. A grande parte do tempo é utilizada com a comunicação oral, o que caracteriza nossa sociedade, indistintamente da classe social, idade, formação e profissão, como profunda e essencialmente oralista. A escrita é quase sempre um recurso com características de especialização, pois, em cada setor, há fórmulas mais ou menos consagradas e indivíduos responsáveis pela redação de textos. Mesmo universitários usam pouco a escrita e se não tivessem que fazer deveres escolares, quase nada escreveriam.

10. Esta foi uma outra descoberta surpreendente feita nas investigações do projeto citado na nota 9. Em todas as áreas de trabalho há alguém que se especializa nas atividades de produção textual específica. Até mesmo os chefes e diretores de empresa recorrem a essa pessoa. Não é por nada que as secretárias (com redação própria) são muito valorizadas e prezadas, ganhando salários superiores às colegas de outras tarefas. Este é um fato interessante que atinge todas as esferas e áreas do trabalho.

proveitosa em muitos sentidos. Há o jornal e a revista para serem lidos. Há cartões e cartas pessoais para serem escritos. Há cheques para assinar, contas a fazer, recados a transmitir e listas de compras a organizar, rádio e músicas a escutar.[11] Há as ocorrências a registrar (os famosos livros de registro de todos os condomínios). Há historinhas a contar antes de dormir. As fofocas do dia a pôr em ordem etc. etc.

Não sabemos, no entanto, como tudo isso interage com outros meios comunicativos, por exemplo, o telefone, o rádio, a TV e assim por diante. Em suma, pouco sabemos a respeito das relações entre os diversos tipos de atividades comunicativas. Continua aberta a indagação: que tipo de valorização se dá à escrita e à oralidade na vida diária? Seja qual for a resposta, ela deve partir de dois pressupostos: primeiro, fala e escrita são atividades comunicativas e práticas sociais situadas; segundo, em ambos os casos temos um uso *real* da língua.

Retornemos, por um momento, a algumas questões relativas à alfabetização, pois será importante constatar que a escrita, após se tornar um fenômeno de massa e desejável a todos os seres humanos, passou a receber um *status* bastante singular no contexto das atividades cognitivas de um modo geral. Para muitos, o seu domínio se tornou um passaporte para a civilização e para o conhecimento.[12] Trata-se de uma tendência a reconhecer valores imanentes à própria tecnologia como tal. Este é um dos mitos a ser combatido aqui.

As confusões nesse campo são imensas. Primeiro, devemos distinguir entre *letramento, alfabetização* e *escolarização*. O **letramento** é um processo de aprendizagem social e histórica da leitura e da escrita em contextos informais e para usos utilitários, por isso é um conjunto de práticas, ou seja, *letramentos,* como bem disse Street (1995). Distribui-se em graus de domínio que vão de um patamar mínimo a um máximo. A **alfabetização** pode dar-se, como de fato se deu historicamente, à margem da instituição escolar, mas é sempre um aprendizado mediante ensino, e compreende o domínio ativo e sistemático das habili-

11. Outro fato curioso observado na investigação citada na nota 9 é que um dos usos mais sistemáticos e intensos da escrita em desempenhos que não exigem estruturas textuais é a confecção de *listas*. As listas são de todo tipo e para todo momento. É só entrar num supermercado e quase toda mãe ou todo pai de família está com uma lista de compras na mão. Isto inclusive em camadas sociais populares.

12. Não serão feitas aqui muitas alusões a autores, mas dois deles podem ser citados como os que em certa época se empenharam na defesa da tese da supremacia cognitiva da escrita. São eles David Olson e Jack Goody. Não se pode ignorar também Walter Ong, Sylvia Scribner, Michael Cole, entre outros. Algumas observações sobre estes autores aparecem mais adiante. Não obstante sua posição às vezes radical, D. Olson faz afirmações que põem a fala e a escrita no contexto da linguagem como faculdade humana. "*A faculdade da linguagem situa-se no centro de nossa concepção de gênero humano; a fala nos torna humanos e a escrita nos torna civilizados. Assim, é interessante e importante considerar o que é distintivo acerca da língua escrita e considerar as conseqüências do letramento para os preconceitos que isso importa tanto para nossa cultura como para os processos psicológicos*" (1977: 257).

dades de ler e escrever. A Suécia alfabetizou 100% de sua população já no final do século XVIII no ambiente familiar e para objetivos que nada tinham a ver com o desenvolvimento, e sim com práticas religiosas e atitudes de cidadania. A **escolarização**, por sua vez, é uma prática formal e institucional de ensino que visa a uma formação integral do indivíduo, sendo que a alfabetização é apenas uma das atribuições/atividades da escola. A escola tem projetos educacionais amplos, ao passo que a alfabetização é uma habilidade restrita.

Retomando o tema geral, podemos indagar o seguinte: *em que contextos e condições são usadas a oralidade e a escrita, isto é, quais são os usos da oralidade e da escrita em nossa sociedade*?

Por exemplo, quais são as demandas básicas da escrita em nossa sociedade, relativamente ao trabalho? Em que condições e para que fins a escrita é usada? Em que condições e para que fins a oralidade é usada? Qual a interface entre a escola e a vida diária no que respeita à alfabetização? Como se comportam os nossos manuais escolares neste particular? Que habilidades são ensinadas na escola e com que tipo de visão se passa a escrita? O que é que o indivíduo aprende quando aprende a ler e escrever? Que tipo de conhecimento é o conhecimento da escrita?

Seguramente, estas questões devem ser tratadas em várias direções. Parece que homens e mulheres não fazem uso da escrita do mesmo modo. Parece que a escrita tem uma perspectiva na escola e outra fora dela. Também há o problema do acesso à escrita, que é diferenciado. Além do mais, não é necessário ir muito longe (veja Street, 1984) para perceber o quanto a escrita foi tratada como algo superior, autônomo, com valores intrínsecos etc., tornando-se fonte de preconceitos.

Na sociedade atual, tanto a oralidade quanto a escrita são imprescindíveis. Trata-se, pois, de não confundir seus papéis e seus contextos de uso, e de não discriminar seus usuários. Por exemplo, há quem equipare a alfabetização (domínio ativo da escrita e da leitura) com *desenvolvimento*. Outros sugerem que a entrada da escrita representa a entrada do raciocínio lógico e abstrato. Ambas as teses estão cheias de equívocos e não passam de mitos. Mas é evidente que a alfabetização continua fundamental.

Eric Havelock[13] (citado por Graff, 1995: 38) comenta a tardia entrada da escrita na humanidade e sua repentina supervalorização com estas palavras:

> O fato biológico-histórico é que o *homo sapiens* é uma espécie que usa o discurso oral, manufaturado pela boca, para se comunicar. Esta é sua definição. Ele não é, por definição, um escritor ou um leitor. Seu uso da fala, repito, foi adquirido por processos de seleção natural operando ao longo de um milhão de anos. O hábito de usar os símbolos escritos para representar essa fala é apenas um dispositivo útil que tem existido há pouco tempo para poder ter sido inscrito em nossos genes, possa isso ocorrer ou não meio milhão de anos à frente. Segue-se que qualquer língua pode ser transposta para qualquer sistema de símbolos escritos que o usuário da língua possa escolher sem que isso afete a estrutura básica da língua. Em suma, o homem que lê, em contraste com o homem que fala, não é biologicamente determinado. Ele traz a aparência de um acidente histórico recente...

13. Eric Havelock. *Origins of Western Literacy*. Toronto, Ontario Institute for Studies in Education, 1976, p. 12. Citado a partir de Graff, 1995.

Refletindo sobre essas observações, Graff (1995) lembra que a "cronologia é devastadoramente simples": enquanto espécie, o *homo sapiens* data de cerca de um milhão de anos. A escrita surgiu pouco mais de 3.000 anos antes de Cristo, ou seja, há 5.000 anos. No Ocidente, ela entrou por volta de 600 A.C., chegando a pouco mais de 2.500 anos hoje. E a imprensa surgiu em 1450, tendo pouco mais de 500 anos. Para a maioria dos estudiosos, a alfabetização, como fenômeno cultural de massa, pode ser quase ignorada nos primeiros 2.000 anos de sua história ocidental, pois ficou restrita a uns poucos focos.

Contudo, observa Graff (1995: 39) que essa história não é tão linear assim e oferece muitos truncamentos. A história do uso da escrita e da alfabetização no Ocidente é uma história descontínua. Para o autor, a história da alfabetização no Ocidente é "uma história de contradições e que um reconhecimento explícito disso é um pré-requisito para uma compreensão plena daquela história" (p. 43). É muito interessante a breve análise de Graff (pp. 43-52) sobre as relações entre a alfabetização e os processos de industrialização. Ele mostra que essa relação não foi constante, nem sequer se deu numa ordem de concomitância. Tanto assim que a primeira revolução industrial da Inglaterra mostrou índices regressivos de alfabetização. Também não se dá que os povos ou grupos mais alfabetizados tenham sido sempre os mais prósperos. Veja-se o sempre lembrado caso antológico da Suécia, plenamente alfabetizada já no século XVIII e economicamente marginalizada.

Os próprios planos desenvolvimentistas sugeridos pela UNESCO baseiam-se na crença de que "a alfabetização é uma coisa boa" e que "a pobreza, a doença e o atraso geral estão vinculados com o analfabetismo", sendo que, por sua vez, "o progresso, a saúde e o bem-estar econômico estão igualmente de forma auto-evidente vinculados com a alfabetização". Parece que o progresso está de tal modo ligado à alfabetização, que esta teria um valor intrínseco desejável ao indivíduo. Contudo, a história da alfabetização não comprova as expectativas da UNESCO. Por outro lado, é forçoso conceder que vivemos hoje tempos diversos que os da Idade Média ou dos primórdios da industrialização. Mas não deixa de ser falacioso usar isto como argumento a favor da supremacia da

escrita. A escrita é um fato histórico e deve ser tratado como tal e não como um bem natural.

É forçoso admitir que a escrita tem hoje um papel muito diferente do que aquele que ela tinha em outros tempos e culturas. Portanto, a história do papel da escrita na sociedade e da própria relevância da alfabetização não é linear. Nem sempre ela teve os mesmos objetivos e efeitos. A este respeito, chega a ser surpreendente a posição de Graff (1995: 47) quando conclui que:

> no mínimo, os dados do passado sugerem fortemente que modelos de alfabetização simplistas, lineares, do tipo "teoria da modernização", como um pré-requisito para o desenvolvimento como um estimulante de níveis crescentes de escolarização, não são modelos apropriados.

A alfabetização tem alguns aspectos contraditórios. Pode ser útil ou preocupante aos governantes. Por isso, os que detêm o poder pensam que ela deveria dar-se de preferência sob o controle do Estado e nas escolas formalmente instituídas. Neste caso, o controle e a supervisão do Estado orientariam o ensino para seus objetivos. Isto sugere que a apropriação da escrita é um fenômeno "ideologizável".

Não obstante a imensa penetração da escrita e as profecias de absoluto predomínio da escrita, a fala continua na ordem do dia. Nas palavras de Graff (1995: 37), poderíamos dizer que:

> A despeito das décadas nas quais os estudiosos vêm proclamando uma queda na difusão da cultura oral "tradicional", a partir do advento da imprensa tipográfica móvel, continua igualmente possível e significativo situar o poder persistente de modos orais de comunicação.

O certo é que a oralidade continua na moda. Parece que hoje redescobrimos que somos seres eminentemente orais, mesmo em culturas tidas como amplamente alfabetizadas. É, no entanto, bastante interessante refletir melhor sobre o lugar da oralidade hoje, seja nos contextos de uso da vida diária ou nos contextos de formação escolar formal. O tema não é novo e tem longa tradição.[14]

14. Imagino que seria interessante pensar aqui na distinção lembrada por Ginsburg (*O Queijo e os Vermes*, 1987: 17-20) quando ele diz que a dita *cultura popular* é transmitida essencialmente pela via da oralidade e que isto oferece aos historiadores um enorme problema, já que eles estão relegados à análise de documentos escritos. Para Ginsburg existe uma "cultura produzida pelas classes populares" e uma "cultura imposta às classes populares". A primeira seria aquela que Rabelais representou em suas obras que tanto incomodaram os donos do poder em sua época, e a segunda seria a representada pelos almanaques e até mesmo por muitos manuais escolares. Já outra coisa bem diversa é a "cultura de massa" que se caracteriza como produto de uma "indústria cultural" massificada.

3. Oralidade *versus* letramento ou fala *versus* escrita?

Com base nas análises feitas anteriormente, parece que se impõe uma observação preliminar de caráter teórico. Falei, até aqui, das relações entre *oralidade e escrita*. Pergunto-me, agora, sobre a necessidade ou oportunidade de distinguir entre duas dimensões de relações no tratamento da *língua falada* e *língua escrita*: (a) de um lado, *oralidade* e *letramento* e (b) de outro lado, *fala* e *escrita*.

Quanto a (a), tratar-se-ia de uma distinção entre **práticas sociais** tal como vistas anteriormente, e, quanto a (b), seria uma distinção entre **modalidades de uso da língua**.

A **oralidade** seria uma prática social interativa para fins comunicativos que se apresenta sob variadas formas ou gêneros textuais fundados na realidade sonora; ela vai desde uma realização mais informal à mais formal nos mais variados contextos de uso. Uma sociedade pode ser totalmente oral ou de oralidade secundária, como se expressou Ong [1982], ao caracterizar a distinção entre povos com e sem escrita. Considerando-se essa posição, nós brasileiros, por exemplo, seríamos hoje um povo de oralidade secundária, tendo em vista o intenso uso da escrita neste país.

O **letramento**, por sua vez, envolve as mais diversas práticas da escrita (nas suas variadas formas) na sociedade e pode ir desde uma apropriação mínima da escrita, tal como o indivíduo que é analfabeto, mas letrado na medida em que identifica o valor do dinheiro, identifica o ônibus que deve tomar, consegue fazer cálculos complexos, sabe distinguir as mercadorias pelas marcas etc., mas não escreve cartas nem lê jornal regularmente, até uma apropriação profunda, como no caso do indivíduo que desenvolve tratados de Filosofia e Matemática ou escreve romances. Letrado é o indivíduo que participa de forma significativa de eventos de letramento e não apenas aquele que faz um uso formal da escrita.

A **fala** seria uma forma de produção textual-discursiva para fins comunicativos na modalidade oral (situa-se no plano da oralidade, portanto), sem a necessidade de uma tecnologia além do aparato disponível pelo próprio ser humano. Caracteriza-se pelo uso da língua na sua forma de sons sistematicamente articulados e significativos, bem como os aspectos prosódicos, envolvendo, ainda, uma série de recursos expressivos de outra ordem, tal como a gestualidade, os movimentos do corpo e a mímica.[15]

15. Não há dúvida de que a *linguagem dos sinais* constitui um tipo de *fala*, embora não se verifique ali o componente sonoro como decisivo. Contudo, temos uma língua articulada e completamente eficiente no processo comunicativo. Som, grafia e gesto, quando tomados como a matéria básica dos elementos da representação, constituem apenas três modos diversos de representar a língua e não três línguas como tal.

A **escrita** seria um modo de produção textual-discursiva para fins comunicativos com certas especificidades materiais e se caracterizaria por sua constituição gráfica, embora envolva também recursos de ordem pictórica e outros (situa-se no plano dos letramentos). Pode manifestar-se, do ponto de vista de sua tecnologia, por unidades alfabéticas (escrita alfabética), ideogramas (escrita ideográfica) ou unidades iconográficas, sendo que no geral não temos uma dessas escritas puras.[16] Trata-se de uma modalidade de uso da língua complementar à fala.

Em certo sentido, a distinção entre *fala* e *escrita* aqui sugerida contempla, de modo particular, aspectos formais, estruturais e semiológicos, ou seja, os modos de representarmos a língua em sua condição de código. São os aspectos *sonoro* e *gráfico* que contam de modo essencial neste caso. Note-se, no entanto, que o aspecto gráfico não está aqui sendo equiparado a uma de suas formas de realização, isto é, a forma alfabética, pois a escrita abrange todos os tipos de escrita, sejam eles alfabéticos ou ideográficos, entre outros.

Logo mais vamos ampliar esta primeira visão para englobar na **fala** todas as manifestções textuais-discursivas da modalidade oral, bem como englobar na **escrita** todas as manifestações textuais-discursivas da modalidade escrita, o que nos permite estender a reflexão para aspectos discursivos e comunicativos que exorbitam o plano do meramente oral ou grafemático. Neste sentido, os termos **fala** e **escrita** passam a ser usados para designar formas e atividades comunicativas, não se restringindo ao plano do código. Trata-se muito mais de processos e eventos do que de produtos.

Hoje, são variadas as tendências dos estudos que se ocupam das relações entre fala e escrita, sem se colocar de forma explícita a questão que proponho aqui. É relevante indagar-se, com Stubbs (1986), se as relações entre fala e escrita são uniformes, constantes e universais, ou se elas são diversificadas na história, no espaço e nas línguas. A seguir, darei, resumidamente, algumas pistas para fundamentar o ponto de vista que viabiliza a distinção sugerida acima.

Veremos várias tendências de tratamento da questão, para identificar problemas e sugerir uma linha de tratamento que pode ser mais frutífera, menos comprometida com o preconceito e a desvalorização da oralidade de uma maneira geral. Será feita uma tentativa de evitar cair na armadilha preparada para todos os que tentam entrar na análise das relações entre oralidade e escrita. Segundo Street (1995), é difícil não sucumbir a algum dos mitos presentes nessa armadilha, mesmo quando se postula, como nós, a teoria de que a relação se funda num *continuum* e não numa dicotomia polarizada.

16. Este aspecto já vem merecendo a atenção dos pesquisadores, pois a nossa escrita alfabética está se tornando cada vez mais permeada por ideogramas e elementos visuais, tal como demonstra Marc Arabyan (2000) em sua recentíssima obra *Lire L'Image — Emission, Réception, Interprétation des Messages Visuels*. O autor, que passou um semestre na Universidade Federal de Pernambuco em 1999, analisa inclusive textos de publicidade e política brasileiros mostrando os elementos gráficos como expressivos na escrita. O autor analisa os efeitos da imagem nos textos e mostra como não ficamos imunes a elas.

4. A perspectiva das dicotomias

A primeira das tendências, a de maior tradição entre os lingüistas, é a que se dedica à análise das relações entre as duas modalidades de uso da língua (fala *versus* escrita) e percebe sobretudo as diferenças na *perspectiva da dicotomia*. A rigor, esta perspectiva tem matizes bem diferenciados. De um lado, temos autores lingüistas como Bernstein (1971), Labov (1972), Halliday (1985, numa primeira fase), Ochs (1979), representantes das dicotomias mais polarizadas e visão restrita. De outro lado, temos autores como Chafe (1982, 1984, 1985), Tannen (1982, 1985), Gumperz (1982), Biber (1986, 1995), Blanche-Benveniste (1990), Halliday/Hasan (1989), que percebem as relações entre fala e escrita dentro de um contínuo, seja tipológico ou da realidade cognitiva e social.

No caso das dicotomias estritas, trata-se, no geral, de uma análise que se volta para o código e permanece na imanência do fato lingüístico. Esta perspectiva, na sua forma mais rigorosa e restritiva, tal como vista pelos gramáticos, deu origem ao prescritivismo de uma única norma lingüística tida como padrão e que está representada na denominada *norma culta*. É dela que conhecemos as dicotomias que dividem a língua falada e a língua escrita em dois blocos distintos, atribuindo-lhes propriedades típicas, tais como as que se podem ver no Quadro 1:

Quadro 1. Dicotomias estritas.

fala	*versus*	escrita
contextualizada		descontextualizada
dependente		autônoma
implícita		explícita
redundante		condensada
não-planejada		planejada
imprecisa		precisa
não-normatizada		normatizada
fragmentária		completa

Estas dicotomias são sobretudo fruto de uma observação fundada na natureza das condições empíricas de uso da língua (envolvendo planejamento e verbalização), e não de características dos textos produzidos. Não há preocupação alguma com os usos discursivos nem com a produção textual. Disto surgem visões distorcidas do próprio fenômeno textual. A visão chega a ser caricatural na forma como exposta no Quadro 1. Exceção a este tipo de visão encontramos nos trabalhos de Tannen (1982,1985), Gumperz (1982) e em boa parte dos estudos de Chafe (1982, 1984, 1985), bem como de Biber (1986, 1988 e 1995).

A perspectiva da dicotomia estrita oferece um modelo muito difundido nos manuais escolares, que pode ser caracterizado como a *visão imanentista* que deu origem à maioria das gramáticas pedagógicas que se acham hoje em uso. Sugere dicotomias estanques com separação entre forma e conteúdo, separação entre língua e uso e toma a língua como sistema de regras, o que conduz o ensino de língua ao ensino de regras gramaticais.

Esta visão, de caráter estritamente formal, embora dê bons resultados na descrição estritamente empírica, manifesta enorme insensibilidade para os fenômenos dialógicos e discursivos. Sua tendência é restritiva e a própria noção de regra por ela proposta é demasiado rígida. Uma de suas conclusões mais conhecidas é a que postula para a fala uma menor complexidade e uma maior complexidade para a escrita. De resto, trata-se de uma alternativa que conduz a seleções aparentemente fundadas em algum valor intrínseco aos signos lingüísticos, mas, na realidade, as decisões fundam-se em critérios e mecanismos sócio-culturais não-explícitos.

A perspectiva da dicotomia estrita tem o inconveniente de considerar a fala como o lugar do erro e do caos gramatical, tomando a escrita como o lugar da norma e do bom uso da língua. Seguramente, trata-se de uma visão a ser rejeitada.

5. A tendência fenomenológica de caráter culturalista

Uma segunda tendência é a que observa muito mais a natureza das práticas da oralidade *versus* escrita e faz análises sobretudo de cunho cognitivo, antropológico ou social e desenvolve uma fenomenologia da escrita e seus efeitos na forma de organização e produção do conhecimento. Nela situam-se algumas das observações feitas na primeira parte deste ensaio.

Denomino este paradigma como *visão culturalista*, na sua formulação forte. Este tipo de visão é pouco adequado para a observação dos fatos da língua. Na verdade, trata-se de uma perspectiva epistemológica desenvolvida sobretudo por antropólogos, psicólogos e sociólogos, tais como Walter Ong [1982],

Jack Goody [1977], Sylvia Scribner (1997), e os primeiros trabalhos de David Olson (1977), interessados em identificar as mudanças operadas nas sociedades em que se introduziu o sistema da escrita. As características centrais desta visão poderiam ser resumidas nas oposições sugeridas no Quadro 2.

Quadro 2. Visão culturalista.

cultura oral	*versus*	**cultura letrada**
pensamento concreto		pensamento abstrato
raciocínio prático		raciocínio lógico
atividade artesanal		atividade tecnológica
cultivo da tradição		inovação constante
ritualismo		analiticidade

Esta visão não serve para tratar relações lingüísticas, já que vê a questão em sua estrutura macro (visão global) e com tendência a uma análise da formação da mentalidade dentro das atividades psico-socioeconômico-culturais de um modo amplo. Para os representantes desta perspectiva, como Olson (1977), Scribner & Cole (1981), Ong (1986, [1982]) e Goody ([1977], 1987), a escrita representa um avanço na capacidade cognitiva dos indivíduos e, como tal, uma evolução nos processos noéticos (relativos ao pensamento em geral), que medeiam entre a fala e a escrita. Esses autores têm uma grande sensibilidade para os fatos históricos e não deixam de ter razão em boa parte de suas abordagens, mas isto não significa que estejam dizendo algo de substantivo sobre as relações textuais nas duas modalidades de uso da língua. É provável que as relações de causa e efeito por eles vistas entre a cultura e o uso da escrita não estejam bem situadas.

Biber (1988), que vê criticamente esta tendência, inicia sua obra sobre as relações entre a fala e a escrita frisando, com justeza, que a introdução da escrita no mundo foi um feito notável e correspondeu à transição do "mito" para a "história" se nos apoiamos na realidade dos documentos. Foi a escrita que permitiu tornar a língua um objeto de estudo sistemático. Com a escrita criaram-se novas formas de expressão e deu-se o surgimento das formas literárias. Com a escrita surgiu a institucionalização rigorosa do ensino formal da língua como objetivo básico de toda formação individual para enfrentar as demandas das sociedades ditas letradas.

Não há, pois, como negar que a escrita trouxe imensas vantagens e consideráveis avanços para as sociedades que a adotaram, mas é forçoso admitir que ela *não possui algum valor intrínseco absoluto*. Trata-se, sobretudo, do lugar

especial que as sociedades ditas letradas reservaram a essa forma de expressão que a tornou tão relevante e quase imprescindível na vida contemporânea.

Numa extensa análise crítica à perspectiva culturalista de engrandecimento da escrita, Gnerre (1985) detecta nos autores ligados a essas correntes de pensamento alguns problemas que podem ser resumidos basicamente em três pontos:

- *etnocentrismo*;
- *supervalorização da escrita*;
- *tratamento globalizante*.

O *etnocentrismo* diz respeito a uma forma de ver as culturas alienígenas a partir da própria cultura e valorizar aspectos dentro de uma perspectiva em que se situa o autor. Tal teria sido o caso de Olson (1977)[17] que, além de ter procedido a "uma esquematização extrema da história social da escrita" (Gnerre, 1985: 62), também teria agido como se a introdução da escrita significasse automaticamente a alfabetização da sociedade inteira. O certo é que "a escrita foi controlada essencialmente por grupos reduzidos e as 'culturas orais' existiram lado a lado com as tradições escritas dos grupos de elite". Acertadamente lembra Tfouni (1988) que as formas de raciocínio das camadas ditas analfabetas não são completamente diversas das camadas alfabetizadas, já que o letramento é um processo que penetra a sociedade independentemente da própria escolarização formal.

A *supervalorização da escrita*, sobretudo a escrita alfabética, leva a uma posição de supremacia das culturas com escrita ou até mesmo dos grupos que dominam a escrita dentro de uma sociedade desigualmente desenvolvida. Separa as culturas civilizadas das primitivas. Este aspecto deu origem a hipóteses muito fortes sobre a escrita, criando "uma visão quase mítica sobre a escrita". A escrita seria a responsável pelo surgimento do raciocínio silogístico, tendo em vista o fato de ela contribuir essencialmente para a descontextualização dos significados que criariam autonomia ao passarem da "cabeça" para o "texto no papel", fazendo assim surgir a descentralização do pensamento que passaria do concreto para o abstrato. Daí a impressão de autonomia da escrita.

Essa *forma globalizante* de ver a escrita ressente-se da desatenção para o fato de que não existem "sociedades letradas", mas sim *grupos de letrados*,

17. Em relação a Olson, ainda será notado adiante que em seu último livro intitulado *O Mundo no Papel — As Implicações Conceituais e Cognitivas da Leitura e da Escrita*, de 1997, acha-se uma surpreendente revisão de muitas de suas posições, em especial aquelas que postulavam a dicotomia mais estrita e a "grande divisão" do ponto de vista cognitivo.

elites que detêm o poder social, já que as sociedades não são fenômenos homogêneos, globais, mas apresentam diferenças internas. Não é necessária uma análise muito minuciosa; basta dar uma olhada em nosso entorno para constatar que a "sociedade brasileira" não é homogênea em relação ao letramento. Por outro lado, várias das postulações acima não passam de crenças já desmontadas pela investigação contemporânea na área.

6. A perspectiva variacionista

Uma terceira tendência, talvez intermediária entre as duas anteriores, mas isenta da maioria dos problemas de ambas, é a que trata do papel da escrita e da fala sob o ponto de vista dos processos educacionais e faz propostas específicas a respeito do tratamento da variação na relação entre padrão e não-padrão lingüístico nos contextos de ensino formal. Aqui se situam os modelos teóricos preocupados com o que se vem denominando *currículo bidialetal*, por exemplo. São estudos que se dedicam a detectar as variações de usos da língua sob sua forma dialetal e socioletal. É uma variante da primeira visão, mas com grande sensibilidade para os conhecimentos dos indivíduos que enfrentam o ensino formal.

Neste paradigma não se fazem distinções dicotômicas ou caracterizações estanques, verifica-se a preocupação com regularidades e variações. Aqui a língua é observada com rigor metodológico mais adequado que em ambos os casos anteriores. De certo modo, nessa tendência podem-se construir as distinções vistas no Quadro 3.

Quadro 3. A perspectiva variacionista.

fala e escrita apresentam	
língua padrão	variedades não-padrão
língua culta	língua coloquial
norma padrão	normas não-padrão

Notável nessa tendência é o fato de não se fazer uma distinção entre fala e escrita, mas sim uma observação de variedades lingüísticas distintas. Todas as variedades submetem-se a algum tipo de norma. Mas como nem todas as normas podem ser padrão, uma ou outra delas será tida como *norma padrão*. A decisão é muito menos lingüística do que ideológica, postulam esses teóricos.

No Brasil, temos seguidores desta linha, entre os quais se situam Bortoni (1992, 1995), Kleiman (1995) e, numa perspectiva um pouco diversa, mas dentro do mesmo espírito, acha-se Soares (1986). Simpatizo grandemente com esta perspectiva, mas não me parece que a questão esteja resolvida. Sociolingüistas como Trudgill (1975) e Labov (1972)[18] já apontavam para a impossibilidade de um desempenho **bidialetal**. O que se pode fazer, sem postular as posições de Bernstein (1971), é imaginar a possibilidade de um domínio do dialeto padrão na atividade de escrita e continuar no dialeto não-padrão no desempenho oral.

Stubbs (1986) também sugere que poderíamos ver as relações entre fala e escrita, em contextos educacionais, como um problema de variação lingüística. Na verdade, trata-se de um aspecto amplamente admitido hoje, já que as línguas não são homogêneas nem uniformes sob o ponto de vista de seu uso (veja Milroy, 1992). E as relações fala e escrita dizem respeito a questões de uso da língua. O interessante nesta perspectiva é que a variação se daria tanto na fala como na escrita, o que evitaria o equívoco de identificar a língua escrita com a padronização da língua, ou seja, impediria identificar a escrita como equivalente à língua padrão, como fazem os autores situados na perspectiva da dicotomia estrita.

Minha posição é a de que fala e escrita não são propriamente dois **dialetos**, mas sim duas modalidades de uso da língua, de maneira que o aluno, ao dominar a escrita, se torna **bimodal**.[19] Fluente em dois modos de uso e não simplesmente em dois dialetos. Mas esta questão é demasiado complexa para ser tratada neste espaço.

7. A perspectiva sociointeracionista

Uma quarta perspectiva, que a rigor não forma um conjunto teórico sistemático e coerente, mas representa uma série de postulados um tanto desconexos e difusos, seria a que trata das relações entre fala e escrita dentro da perspectiva dialógica. Caracterizo-a como *visão sociointeracionista* e seus fundamentos centrais baseiam-se na percepção oferecida no Quadro 4.

18. É bom não esquecer, numa abordagem mais técnica, que Labov é um sociolingüista variacionista que pouco tem a ver com a sociolingüística tal como postulada por Bernstein, por exemplo. Labov não tem interesse direto no ensino nem na questão da norma dialetal. O problema dele é identificar as razões e os fatores que contribuem para a variação e pouco lhe interessa qual a variedade a ser adotada no ensino.

19. Observações sistemáticas a este respeito fiz em livro que deverá sair brevemente com o título: *O Tratamento da Oralidade no Ensino de Língua.*

Quadro 4. Perspectiva sociointeracionista.

fala e escrita apresentam
dialogicidade
usos estratégicos
funções interacionais
envolvimento
negociação
situacionalidade
coerência
dinamicidade

Este modelo tem a vantagem de perceber com maior clareza a língua como fenômeno interativo e dinâmico, voltado para as atividades dialógicas que marcam as características mais salientes da fala, tais como as estratégias de formulação em tempo real. Para Street (1995: 162), essa tendência em direção à análise (crítica) do discurso unida à investigação etnográfica poderia ser uma das melhores saídas para a observação do letramento e da oralidade como práticas sociais.

Contudo, pode-se dizer que esta perspectiva, mesmo que livre dos problemas ideológicos e preconceitos das anteriores, padece de um baixo potencial explicativo e descritivo dos fenômenos sintáticos e fonológicos da língua, bem como das estratégias de produção e compreensão textual. A rigor, esses fenômenos fogem aos interesses de tais teorias. Por isso, a proposta geral, se concebida na fusão com a visão variacionista e com os postulados da Análise da Conversação etnográfica aliados à Lingüística de Texto, poderia dar resultados mais seguros e com maior adequação empírica e teórica. Talvez seja esse o caminho mais sensato no tratamento das correlações entre formas lingüísticas (dimensão lingüística), contextualidade (dimensão funcional), interação (dimensão interpessoal) e cognição no tratamento das semelhanças e diferenças entre fala e escrita nas atividades de formulação textual-discursiva.

Nesta visão interacionista cabem análises de grande relevância que se dedicam a perceber as diversidades das formas textuais produzidas em co-autoria (conversações) e formas textuais em monoautoria (monólogos), que até certo ponto determinam as preferências básicas numa das perspectivas da relação fala e escrita. Além disso, tem-se, aqui, a possibilidade de tratar os fenômenos de compreensão na interação face a face e na interação entre leitor e texto escrito, de maneira a detectar especificidades na própria atividade de construção dos sentidos. Como se observa, esta perspectiva orienta-se numa linha discursiva e interpretativa.

Muito fortemente representada no Brasil, esta linha tem entre seus seguidores mais representativos Preti (1991, 1993), Koch (1992), Marcuschi (1986, 1992, 1995), Kleiman (1995a), Urbano (2000) e muitos outros presentes nas obras editadas por Preti (1993, 1994, 1998 e 2000). Esta perspectiva tem grande sensibilidade para as estratégias de organização textual-discursiva preferencial na modalidade falada e escrita.[20]

A perspectiva interacionista preocupa-se com os processos de produção de sentido tomando-os sempre como situados em contextos sócio-historicamente marcados por atividades de negociação ou por processos inferenciais. Não toma as categorias lingüísticas como dadas *a priori,* mas como construídas interativamente e sensíveis aos fatos culturais. Preocupa-se com a análise dos gêneros textuais e seus usos em sociedade. Tem muita sensibilidade para fenômenos cognitivos e processos de textualização na oralidade e na escrita, que permitem a produção de coerência como uma atividade do leitor/ouvinte sobre o texto recebido.

Uma visão de algumas das preocupações desta linha de trabalho pode ser obtida do proveitoso trabalho de Koch (1992) que trata da interação realizada na fala e na escrita, bem como nos estudos de Koch (1997) sobre a construção de sentidos na atividade textual-discursiva. Além disso, exemplo típico desta tendência é o que se acha no meu ensaio sobre a retextualização na segunda parte deste livro.

Em conclusão a estas observações, pode-se dizer que discorrer sobre as relações entre oralidade/letramento e fala/escrita não é referir-se a algo consensual nem mesmo como objeto de análise. Trata-se de fenômenos de fala e escrita enquanto relação entre fatos lingüísticos (relação fala-escrita) e enquanto relação entre práticas sociais (oralidade *versus* letramento). As relações entre fala e escrita não são óbvias nem lineares, pois elas refletem um constante dinamismo fundado no *continuum* que se manifesta entre essas duas modalidades de uso da língua. Também não se pode postular polaridades estritas e dicotomias estanques.

O curioso é que, no geral, quem se dedica aos estudos da relação entre língua falada e língua escrita, sempre trabalha o *texto falado* e raramente analisa a língua escrita. No entanto, suas observações são muitas vezes sob a ótica da escrita. Por outro lado, as afirmações feitas sobre a escrita fundam-se na gramática codificada e não na língua escrita enquanto texto e discurso. Em suma, o

20. Trabalho sistemático na análise da língua falada vem sendo desenvolvido pelo grupo dedicado aos estudos da organização textual-discursiva na fala (coordenado por Ingedore V. Koch), no contexto do projeto da "Gramática do Português Falado", dirigido por A. de Castilho (cf. Castilho, 1990, 1993; Ilari, 1992; Castilho & Basílio, 1996; Koch, 1996; Kato, 1996; Neves, 1999).

que conhecemos não são nem as características da fala como tal nem as características da escrita; *o que conhecemos são as características de um sistema normativo da língua.*

8. Aspectos relevantes para a observação da relação fala e escrita

A língua, seja na sua modalidade falada ou escrita, reflete, em boa medida, *a organização da sociedade.* Isso porque a própria língua mantém complexas relações com as representações e as formações sociais. Não se trata de um espelhamento, mas de uma funcionalidade em geral mais visível na fala. É por isso que podemos encontrar muitos correlatos entre variação sociolingüística e variação sociocultural. Análises interessantes sob este aspecto são as oferecidas por Duranti (1997) em sua obra sobre *antropologia lingüística,* ao frisar que a língua é uma parte da cultura, mas uma parte tão decisiva que a cultura se molda na língua. No entanto, seria equivocado ver uma homologia entre língua e cultura, pois conhecer uma não equivale a conhecer a outra.

Na tradição filosófica ocidental, nos acostumamos a distinguir entre *natureza* e *cultura*, atribuindo à cultura tudo aquilo que não se dá naturalmente. No entanto, hoje, esta distinção está cada vez mais difícil de ser mantida, como, de resto, acontece com todas as dicotomias. O certo é que, como lembra Duranti (1997), a cultura é um dado que torna o ser humano especial no contexto dos seres vivos. Mas, o que o torna ainda mais especial é o fato de ele dispor de uma linguagem simbólica articulada que é muito mais do que um sistema de classificação, pois é também uma prática que permite que estabeleçamos crenças e pontos de vista diversos ou coincidentes sobre as mesmas coisas. Daí ser a língua um ponto de apoio e de emergência de consenso e dissenso, de harmonia e luta. Não importa se na modalidade escrita ou falada. Podemos observar que a construção de categorias para a reflexão teórica ou para a classificação são tanto um reflexo **da** linguagem como se refletem **na** linguagem e são sempre construídas interativamente dentro de uma sociedade.

Na perspectiva aqui defendida, seria útil ter presente que, assim como a fala não apresenta propriedades intrínsecas negativas, também a escrita não tem propriedades intrínsecas privilegiadas. São modos de representação cognitiva e social que se revelam em práticas específicas. Postular algum tipo de *supremacia* ou superioridade de alguma das duas modalidades seria uma visão equivocada, pois não se pode afirmar que a fala é superior à escrita ou vice-versa. Em primeiro lugar, deve-se considerar o aspecto que se está comparando e, em segundo, deve-se considerar que esta relação não é homogênea nem constante.

Do ponto de vista *cronológico*, como já observou detidamente Stubbs (1980), a fala tem uma grande precedência sobre a escrita, mas do ponto de

vista do *prestígio social*, a escrita é vista como mais prestigiosa que a fala. Não se trata, porém, de algum critério intrínseco nem de parâmetros lingüísticos e sim de postura *ideológica*. Por outro lado, há culturas em que a fala é mais prestigiosa que a escrita.

Mesmo considerando a enorme e inegável importância que a escrita tem nos povos e nas civilizações "letradas", continuamos, como bem observou Ong [1982], povos orais. A oralidade jamais desaparecerá e sempre será, ao lado da escrita, o grande meio de expressão e de atividade comunicativa. A oralidade enquanto prática social é inerente ao ser humano e não será substituída por nenhuma outra tecnologia. Ela será sempre a porta de nossa iniciação à racionalidade e fator de identidade social, regional, grupal dos indivíduos. Isto se dá de modo particular porque a língua é socialmente moldada e desenvolvida, não obstante seu provável caráter filogeneticamente universal, como postulam muitos lingüistas e psicólogos.

A escrita, por sua vez, pelo fato de ser pautada pelo padrão, não é estigmatizadora e não serve como fator de identidade individual ou grupal. Isso, a menos que se sirva, como na literatura regional, de traços da realidade lingüística regional[21] ou apresente características estilísticas tão peculiares que permitem a identificação de autoria. Mas isto não ocorre com todos os gêneros textuais. Por exemplo, não se pode chegar a identificações individuais de autoria na maioria dos textos de um jornal diário. Enquanto a fala pode facilmente levar à estigmatização do indivíduo, com a escrita isso acontece bem menos. Parece que a fala, por atestar a variação e em geral pautar-se por algum desvio da norma, tem caráter identificador. É possível que identidade seja um tipo de desvio da norma-padrão.

Ponha-se um grupo de indivíduos letrados a escrever um texto sobre o mesmo tema, por exemplo, "a inflação na vida do brasileiro", e então observem-se seus textos. É provável que suas *opiniões* sejam objeto de discussão, mas eles não serão estigmatizados ou categorizados pela linguagem como tal, a menos que violem normas muito específicas. No entanto, se pedirmos aos mesmos indivíduos que "falem" seus textos, ou os produzam oralmente, teremos diferenças e até avaliações que não se deverão ao conteúdo e sim a uma particular forma de "falar" o conteúdo.

Do ponto de vista dos *usos* quotidianos da língua, constatamos que a oralidade e a escrita não são responsáveis por domínios estanques e dicotômicos. Há práti-

21. Valeria a pena perguntar-se porque a literatura de cordel identifica de modo tão nítido o nordestino. Também é interessante indagar-se em que partes de suas obras Graciliano Ramos e José Américo de Almeida ou José Lins do Rego são identificados como literatura nordestina. Com certeza não são seus temas, mas sim os diálogos de suas personagens.

cas sociais mediadas preferencialmente pela escrita e outras pela tradição oral. Tomemos o caso típico da área jurídica. Ali é intenso e rígido o uso da escrita, já que a Lei deve ser tomada *ao pé da letra*. Contudo, precisamente a área jurídica faz um uso intenso e extenso das práticas orais nos tribunais, o que comprova que numa mesma área discursiva e numa mesma comunidade de práticas convivem duas tradições diversas, ambas fortemente marcadas. Isso sugere ser inadequado distinguir entre sociedades letradas e iletradas de forma dicotômica. *Oralidade e escrita são duas práticas sociais e não duas propriedades de sociedades diversas.*

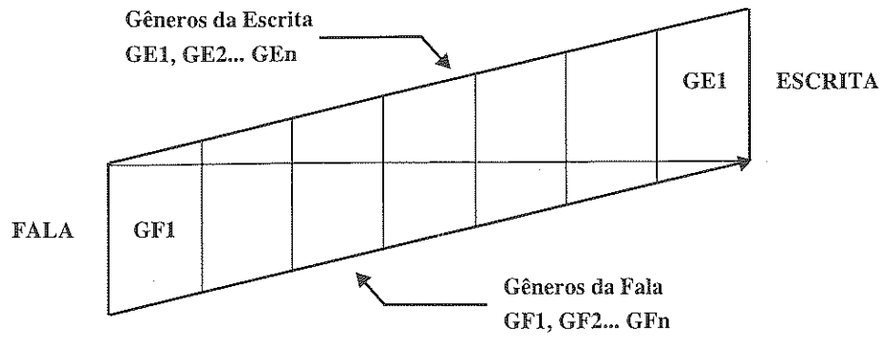
O cerne das confusões na identificação e avaliação de semelhanças e diferenças entre a fala e a escrita acha-se, em parte, no enfoque enviesado e até preconceituoso a que a questão foi geralmente submetida e, em parte, na metodologia inadequada que resultou em visões bastante contraditórias. *A fala tem sido vista na perspectiva da escrita e num quadro de dicotomias estritas porque predominou o paradigma teórico da análise imanente ao código*. Enquanto a escrita foi tomada pela maioria dos estudiosos como estruturalmente elaborada, complexa, formal e abstrata, a fala era tida como concreta, contextual e estruturalmente simples (cf. Chafe, 1982; Ochs, 1979; Kroll & Vann, 1981). Contudo, há os que julgam que a fala é mais complexa que a escrita (cf. Halliday, 1979 e Poole & Field, 1976). Biber (1986, 1988, 1997) mostrou com clareza que nada é claro e conclusivo nesse terreno.

Uma primeira observação a ser feita é a que diz respeito à própria visão comparativa da relação entre fala e escrita. Quando se olha para a escrita tem-se a impressão de que se está contemplando algo *naturalmente* claro e definido. Tudo se passa como se ao nos referirmos à escrita estivéssemos apontando para um fenômeno se não homogêneo, pelo menos bastante estável e com pouca variação. O contrário acorre com a consciência espontânea que se desenvolveu a respeito da fala. Esta se apresenta como variada e, curiosamente, não nos vem à mente em primeira mão a fala padrão. É o caso de dizer que fala e escrita são intuitivamente construídas como *tipos ideais* concebidos com princípios opostos e que não correspondem a realidade alguma, a menos que identifiquemos um fenômeno que as realize.

A hipótese que defendemos supõe que: *as diferenças entre fala e escrita se dão dentro do continuum tipológico das práticas sociais de produção textual e não na relação dicotômica de dois pólos opostos*. Em consequência, temos a ver com correlações em vários planos, surgindo daí um *conjunto de variações* e não uma simples variação linear. O gráfico 1 dá uma noção esquemática dessa postura.[22]

22. Para algumas das observações a seguir e mesmo para a montagem deste gráfico, baseei-me em Koch & Österreicher (1990).

Gráfico 1. Fala e escrita no contínuo dos gêneros textuais.



Neste gráfico, temos dois domínios lingüísticos (fala e escrita) em que se encontram os gêneros textuais (G), observando-se que tanto a fala como a escrita se dão em *dois contínuos*:

- na linha dos gêneros textuais (*GF1, GF2... GFn e GE1, GE2... GEn*);
- na linha das características específicas de cada modalidade.

Assim, um determinado gênero da fala (GF), por exemplo, uma conversação espontânea, seria o **GF1** e representaria uma espécie de *protótipo* da modalidade, não sendo aconselhável compará-lo com um gênero escrito (GE), tal como o **GE1** que seria o protótipo da escrita, por exemplo, uma conferência acadêmica num congresso. Na realidade, temos uma série de textos produzidos em condições naturais e espontâneas nos mais diversos domínios discursivos das duas modalidades. Os textos se entrecruzam sob muitos aspectos e por vezes constituem domínios mistos. Observe-se o caso dos textos de um noticiário televisivo. Trata-se de textos originalmente escritos que o leitor só recebe oralmente. A questão é: o noticiário de televisão é um evento de oralidade ou letramento?

Por outro lado, temos certos eventos muito comuns, tais como uma aula expositiva, que em parte se compõe de leituras que o professor faz e de comentários que lhes acrescenta e, em parte, são exposições originais sem um texto escrito prévio base. No entanto, tratamos uma aula como um evento tipicamente oral. Há gêneros que se aproximam da oralidade pelo tipo de linguagem e pela natureza da relação entre os indivíduos, por exemplo, as cartas íntimas e pessoais. Isso já não ocorre no caso das cartas comerciais ou cartas abertas.

Um dos aspectos centrais nesta questão é a impossibilidade de situar a oralidade e a escrita em sistemas lingüísticos diversos, de modo que ambas fazem parte do mesmo sistema da língua. São, portanto, realizações de uma gramática única, mas que do ponto de vista semiológico podem ter peculiaridades com diferenças acentuadas, de tal modo que a escrita não representa a fala. Além disso, os textos orais têm uma realização multissistêmica (palavras, gestos, mímica etc.) e os textos escritos também não se circunscrevem apenas ao alfabeto (envolvem fotos, ideogramas, por exemplo, os ícones do computador, e grafismos de todo tipo). Fique, pois, claro que não postulamos uma simetria de representação e sim uma simetria sistêmica no aspecto central das articulações estritamente lingüísticas. Não mais do que isso.

O Gráfico 2 dá uma idéia das relações mistas dos gêneros a partir de alguns postulados, tais como: *meio* e *concepção*, tendo em vista que a fala é de concepção oral e meio sonoro, ao passo que a escrita é de concepção escrita e meio gráfico. Na apresentação do gráfico, temos que "a" é o domínio do tipicamente *falado* (*oralidade*), seja quanto ao meio e quanto à concepção. Já a sua contraparte seria, por exemplo, o domínio "d" correspondente ao tipicamente *escrito*. Por outro lado, tanto "b" como "c" constituem os domínios mistos em que se dariam as mesclagens de modalidades.

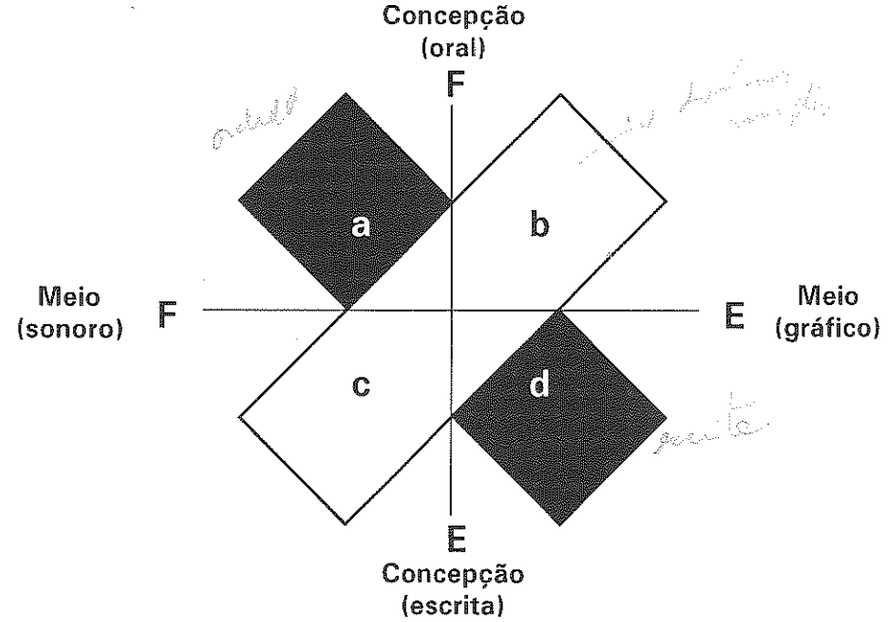
Considerando as duas perspectivas e suas formas de realização, temos:

a) meio de produção: sonoro *versus* gráfico

b) concepção discursiva: oral *versus* escrita

Com base nisto, podemos ter a seguinte distribuição:

Gráfico 2. Representação da oralidade e escrita pelo meio de produção e concepção discursiva



Se tomarmos quatro gêneros diversos, tais como:

- conversação espontânea
- artigo científico
- notícia de TV
- entrevista publicada na Revista *Veja*

e considerarmos os aspectos sugeridos no Gráfico 2, veremos que eles se situam em pontos bastante diferentes, tendo em vista o que está representado na grade do Quadro 5, pois eles não têm a mesma relação com esses parâmetros.

Quadro 5. Distribuição de quatro gêneros textuais de acordo com o meio de produção e a concepção discursiva

Gênero textual	Meio de produção		Concepção discursiva		Domínio
	Sonoro	Gráfico	Oral	Escrita	
Conversação espontânea	X		X		a
Artigo científico		X		X	d
Notícia de TV	X			X	c
Entrevista publicada na *Veja*		X	X		b

Os domínios "a" e "d" são prototípicos, ao passo que os domínios "b" e "c" são mistos e neles a produção e o meio são de modalidades diversas. Nem por isso vamos deixar de identificar os dois últimos gêneros. Contudo, uma série de características neles presentes podem ter sua origem explicada de modo diverso que nos outros dois.

Isto pode ser visto no Gráfico 3, que apresenta o contínuo dos gêneros no contexto da Fala e da Escrita, sublinhando o "*balão*" intermediário que representa gêneros tidos como "mistos" sob os aspectos analisados no Quadro 5. Situações deste tipo são muitas e o assunto não é tratado pelos manuais de língua portuguesa.

Uma primeira explicitação da hipótese aqui postulada e que contempla a relação fala e escrita numa visão não-dicotômica sob o ponto de vista sócio-interacional poderia ser assim formulada:

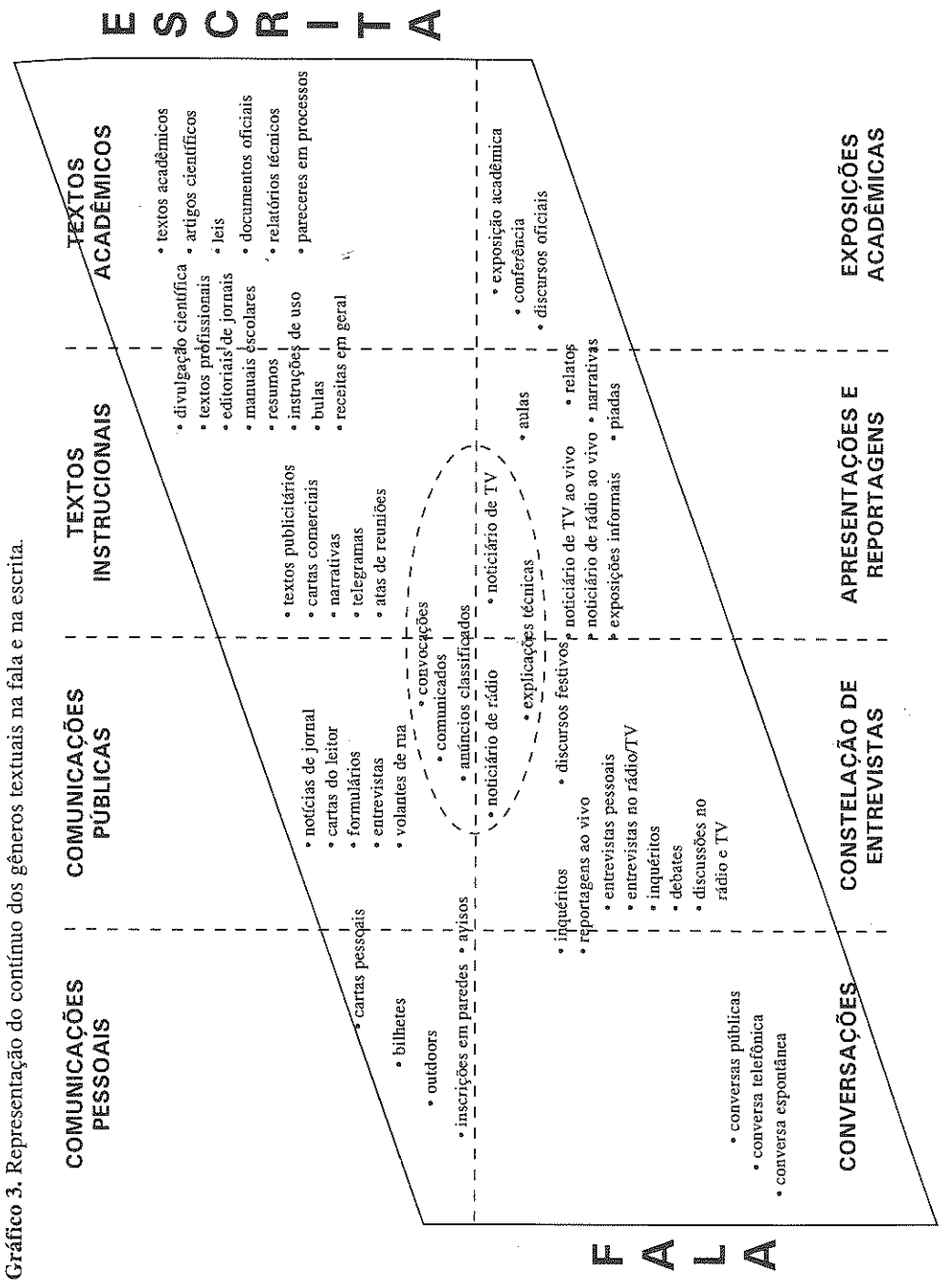


Gráfico 3. Representação do contínuo dos gêneros textuais na fala e na escrita.

O *contínuo dos gêneros* textuais distingue e correlaciona os textos de cada modalidade (fala e escrita) quanto às estratégias de formulação que determinam o *contínuo das características* que produzem as variações das estruturas textuais-discursivas, seleções lexicais, estilo, grau de formalidade etc., que se dão num *contínuo de variações*, surgindo daí semelhanças e diferenças ao longo de *contínuos sobrepostos*.

Com isto, descobrimos que, comparando uma carta pessoal em estilo descontraído com uma narrativa oral espontânea, haverá menos diferenças do que entre a narrativa oral e um texto acadêmico escrito. Por outro lado, uma conferência universitária preparada com cuidado terá maior semelhança com textos escritos do que com uma conversação espontânea.

Veja-se, por exemplo, como no Gráfico 3 fica claro o equívoco de muitos autores que consideram a fala como *dialogada* e a escrita como *monologada*, confundindo uma das formas de textualização da fala com a própria modalidade. Basta observar o agrupamento e a distribuição dos gêneros textuais representados no gráfico para perceber como a distribuição das modalidades é muito mais complexa do que se poderia imaginar.

Também a idéia de *planejamento* não pode ser tida como uma característica de uma das duas modalidades. Biber (1988) referiu-se a essas impropriedades analíticas como *equívocos metodológicos* que levaram os autores a posições contrárias a propósito dos mesmos problemas.

Isto equivale a dizer que tanto a fala como a escrita apresentam um *continuum de variações*, ou seja, *a fala varia e a escrita varia*. Assim, a comparação deve tomar como critério básico de análise uma relação fundada no *continuum* dos gêneros textuais para evitar as dicotomias estritas.

Certamente, o sucesso da análise dependerá também da concepção de língua que fundamentará a perspectiva teórica, bem como da idéia de funcionamento da língua. No presente caso, parte-se da noção de *funcionamento da língua* como fruto também das *condições de produção*, ou seja, da atividade de produtores/receptores de textos situados em contextos reais e submetidos a decisões que seguem estratégias nem sempre dependentes apenas do que se convencionou chamar de *sistema lingüístico*. Daí a necessidade de se adotar um componente funcional para analisar a relação fala *versus* escrita enquanto modalidades de uso.

A concepção de *sistema*, tal como utilizada aqui, não deveria conter mais do que a noção básica de estrutura virtual, ou seja, constructo abstrato e teórico desenvolvido como objeto da teoria e não tomado como fato empírico. A *língua* se realiza essencialmente como heterogeneidade e variação e não como sistema único e abstrato.

Com isso, toda vez que emprego a palavra *língua* não me refiro a um sistema de regras determinado, abstrato, regular e homogêneo, nem a relações lingüísticas imanentes. Ao contrário, minha concepção de língua pressupõe um fenômeno *heterogêneo* (com múltiplas formas de manifestação), *variável* (dinâmico, suscetível a mudanças), *histórico e social* (fruto de práticas sociais e históricas), *indeterminado* sob o ponto de vista semântico e sintático (submetido às condições de produção) e que se manifesta em situações de uso concretas como *texto e discurso*. Portanto, *heterogeneidade* e *indeterminação* acham-se na base da concepção de língua aqui pressuposta (cf. obs. a respeito em Franchi, 1977).

Os sentidos e as respectivas formas de organização lingüística dos textos se dão no uso da língua como atividade situada. Isto se dá na mesma medida, tanto no caso da fala como da escrita. Em ambos os casos temos a contextualização como necessária para a produção e a recepção, ou seja, para o funcionamento pleno da língua. Literalidade e não-literalidade dos itens lingüísticos e dos enunciados são aspectos que não podem ser definidos *a priori*, mas em contextos de uso.

Com base nessa concepção, fica de antemão eliminada uma série de distinções geralmente feitas entre fala e escrita, tais como a *contextualização (na fala) versus descontextualização (na escrita), implicitude (na fala) versus explicitude (na escrita)* e assim por diante, o que mostra nossa diferença em relação a certos modelos analisados anteriormente.

Em suma, partindo da noção de língua e funcionamento da língua tal como concebidos aqui, surge, como hipótese forte, a suposição de que as diferenças entre fala e escrita podem ser frutiferamente vistas e analisadas na perspectiva do *uso* e não do *sistema*. E, neste caso, a determinação da relação fala-escrita torna-se mais congruente levando-se em consideração não o código, mas os usos do código. Central, neste caso, é a eliminação da dicotomia estrita e a sugestão de uma diferenciação gradual ou escalar.